

INFORME

Energia Elétrica

Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência de 2026 - LRCAP de 2026

O Ministério de Minas e Energia publicou em 24.10 as Portarias nº 118 e nº 119, que estabelecem as principais diretrizes dos LRCAPs 2026. Confira o informativo elaborado pelo nosso time de especialistas.

Em 24 de outubro, o Ministério de Minas e Energia ("MME") publicou as Portarias MME nº 118 e nº 119 que estabelecem as diretrizes e sistemática para a realização dos Leilões de Reserva de Capacidade na forma de Potência de 2026 - LRCAP de 2026, onde serão negociados, em 2 (dois) certames distintos, os seguintes produtos:

LRCAP 2026 – UTEs a Gás Natural, Carvão Mineral e UHEs		
Potência Termelétrica 2026	Empreendimentos de geração termelétrica existentes a gás natural , conectados ao Sistema de Transporte de Gás Natural - STGN, e existentes a carvão mineral.	
Potência Termelétrica 2027	Empreendimentos de geração termelétrica existentes a gás natural, conectados ao STGN, e existentes a carvão mineral .	
Potência Termelétrica 2028	Empreendimentos de geração termelétrica novos ou existentes a gás natural, e existentes a carvão mineral .	
Potência Termelétrica 2029	Empreendimentos de geração termelétrica novos ou existentes a gás natural, e existentes a carvão mineral .	
Potência Termelétrica 2030	Empreendimentos de geração termelétrica novos ou existentes a gás natural, e existentes a carvão mineral .	
Potência Hidrelétrica 2030	Empreendimentos com ampliação de capacidade instalada , mediante a instalação de novas unidades geradoras adicionais em usinas hidrelétricas existentes despachadas centralizadamente, bem como poderão participar aquelas licitadas sob o regime de cotas que tenham parte da garantia física de energia não enquadrada nesse regime.	
Potência Termelétrica 2031	Empreendimentos de geração termelétrica novos ou existentes a gás natural, e existentes a carvão mineral.	
Potência Hidrelétrica 2031	Empreendimentos com ampliação de capacidade instalada , mediante a instalação de novas unidades geradoras adicionais em usinas hidrelétricas existentes despachadas centralizadamente, bem como poderão participar aquelas licitadas sob o regime de cotas que tenham parte da garantia física de energia não enquadrada nesse regime.	

LRCAP de 2026 - UTEs a Óleo e Biodiesel		
Potência Termelétrica 2026	Empreendimentos de geração termelétrica existentes a óleo combustível e óleo diesel .	
Potência Termelétrica 2027	Empreendimentos de geração termelétrica existentes a óleo combustível e óleo diesel .	
Potência Termelétrica 2030*	Empreendimentos de geração termelétrica existentes a biodiesel.	

(*) Será admitida a participação de empreendimentos termelétricos existentes a óleo combustível ou a óleo diesel, desde que convertidos para operação a biodiesel até o início do seu suprimento.



Cadastramento e Habilitação Técnica nos Leilões



Realização: Ambos os Leilões serão realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").



Datas das Sessões Públicas:

- UTEs a Gás Natural, Carvão Mineral e UHEs: 18 de março de 2026.
- UTEs a Óleo e Biodiesel: 20 de março de 2026.



Cadastramento: Até às doze horas de 14 de novembro de 2025.

• Os proponentes deverão requerer o cadastramento e a habilitação técnica dos respectivos projetos à Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"), encaminhando a Ficha de Dados constante do Sistema Acompanhamento de Empreendimentos de Geração ("AEGE") e demais documentos, conforme instruções disponíveis na internet, no sítio eletrônico - www.epe.gov.br, bem como a documentação referida na Portaria MME nº 102/2016.



Providências específicas para a Habilitação Técnica:

- · Empreendimentos termelétricos a gás natural:
 - 1. Até 14 de novembro de 2025: prosseguir com a análise da viabilidade do fornecimento de gás natural na **Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis** ("ANP");
 - 2. Até às doze horas de 12 de dezembro de 2025: apresentar à EPE o parecer resultante emitido pela ANP.
- Parâmetros de flexibilidade operativa e da formação do Custo Variável Unitário CVU: Até às doze horas de **12 de dezembro de 2025** devem ser informados por meio do AEGE.
- Contratos de uso da rede assinados: Em até setenta e cinco dias antes do Leilão (12 de janeiro de 2026) empreendimentos que possuem Contratos de Uso do Sistema de Transmissão CUST ou Contratos de

Uso do Sistema de Distribuição - CUSD assinados deverão apresentar os referidos instrumentos à **EPE**, sob pena de não serem considerados para fins de Habilitação Técnica.



Cronograma

14.11.25



Cadastramento e a habilitação técnica dos projetos na EPE.

Aplicável a: todos os tipos de empreendimentos.

14.11.25



Protocolo dos dados para análise da viabilidade do fornecimento de gás natural ao empreendimento na **ANP.**

Aplicável a: UTEs a Gás natural.

12.12.25



Apresentação do parecer sobre viabilidade de fornecimento de gás emitido pela **ANP** à **EPE**.

Aplicável a: UTEs a Gás natural.

12.12.25



Apresentação dos parâmetros de preço do CVU e da flexibilidade operativa à **EPE**.

Aplicável a: UTEs de todos os combustíveis aceitáveis.

16.01.25



Publicação da Nota Técnica de Quantitativos da Capacidade Remanescente do SIN para Escoamento de Geração

Aplicável a: todos os tipos de empreendimentos.

03.01.26



Apresentação do CUST / CUSD à EPE.

Aplicável a: todos os empreendimentos com contrato de uso da rede assinado.

18.03.26



Sessão Pública.

Aplicável a: UTEs a Gás Natural, Carvão Mineral e UHEs

20.03.26



Sessão Pública.

Aplicável a: UTEs a Óleo e Biodiesel



Sistemática do Leilão

O leilão será realizado via sistema e a negociação das propostas será estruturada em rodadas, cada uma correspondente ao ano do início de suprimento associado aos produtos, sendo que cada uma delas se subdividirá em uma etapa inicial e uma etapa contínua.

Etapa inicial:

- Na etapa inicial, os proponentes apresentarão um único lance para cada empreendimento, contendo a oferta de receita fixa e a disponibilidade de potência ofertada.
- Como resultado, serão apurados os **preços da disponibilidade de potência ofertada** por empreendimento (que deverá ser igual ou inferior ao preço inicial do respectivo produto).
- O sistema **classificará os lances** dos empreendimentos por **ordem crescente de preço**, considerando a **capacidade remanescente do SIN para escoamento de geração**, tendo em conta cada subestação, barramento candidato e subáreas do SIN.
- Os empreendimentos que já possuírem **contrato de uso** com montante igual ou superior à potência injetada serão classificados independentemente da capacidade remanescente do SIN para escoamento da geração.
- Em caso de **empate de preços** de lance na Etapa Inicial, o desempate será realizado com base na **ordem crescente de disponibilidade de potência ofertada** e, persistindo o empate, por **ordem cronológica de submissão dos lances**.

Etapa contínua:

- Havendo empreendimentos classificados na Etapa Inicial, a rodada contará com negociação em Etapa Contínua.
- Antes do início da Etapa Contínua, o sistema calculará a quantidade demandada da rodada e dos produtos, que correspondem ao montante de disponibilidade de potência a ser distribuído em cada rodada entre os produtos.
- Iniciada a Etapa Contínua, o sistema calculará os **novos preços correntes** de cada um dos produtos.
- O sistema ordenará os lances por **ordem crescente de preço de lance**.
- Em caso de **empate de preços** de lance na Etapa Contínua, o desempate será realizado com base na **ordem crescente de disponibilidade de potência ofertada** e, persistindo o empate, por **ordem cronológica de submissão dos lances**.
- O sistema permitirá **ajustes sucessivos dos lances** pelos proponentes, dentro de intervalos de tempo definidos, até que se alcance a convergência das ofertas. O objetivo é que o preço final e a ordenação reflitam o equilíbrio competitivo entre os empreendimentos habilitados.
- Essa etapa visa otimizar a alocação da potência no SIN e garantir a formação de preço mais eficiente, respeitados os critérios de restrição de escoamento, submercados e demais parâmetros técnicos estabelecidos no anexo da Portaria.



Contrato de Reserva de Capacidade

Os empreendimentos deverão celebrar Contrato de Reserva de Capacidade – CRCAP correspondente ao produto cuja rodada se sagrou vencedor no certame. Abaixo estão correlacionados os inícios de suprimento e período de suprimento de cada produto:

LRCAP 2026 – UTEs a Gás Natural, Carvão Mineral e UHEs		
Potência Termelétrica 2026	Início do Suprimento: 1.8.2026. Período de Suprimento: 10 anos.	
Potência Termelétrica 2027	Início do Suprimento: 1.8.2027. Período de Suprimento: 10 anos.	
Potência Termelétrica 2028	Início do Suprimento: 1.10.2028. Período de Suprimento: 10 anos (existentes) e 15 anos (novos).	
Potência Termelétrica 2029	Início do Suprimento: 1.8.2029. Período de Suprimento: 10 anos (existentes) e 15 anos (novos).	
Potência Termelétrica 2030	Início do Suprimento: 1.8.2030 Período de Suprimento: 10 anos (existentes) e 15 anos (novos)	
Potência Hidrelétrica 2030	Início do Suprimento: 1.8.2030 Período de Suprimento: 15 anos	
Potência Termelétrica 2031	Início do Suprimento: 1.8.2031. Período de Suprimento: 10 anos (existentes) e 15 anos (novos).	
Potência Hidrelétrica 2031	Início do Suprimento: 1.8.2031. Período de Suprimento: 15 anos.	

LRCAP de 2026 - UTEs a Óleo e Biodiesel		
Potência Termelétrica 2026	Início do Suprimento: 1.8.2026. Período de Suprimento: 3 anos.	
Potência Termelétrica 2027	Início do Suprimento: 1.8.2027. Período de Suprimento: 3 anos.	
Potência Termelétrica 2030	Início do Suprimento: 1.8.2030. Período de Suprimento: 10 anos.	

Os empreendimentos serão remunerados por meio de uma **receita fixa** a partir do seu início de suprimento e da sua entrada em operação comercial. A receita fixa será reajustada anualmente pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**.

O cálculo da receita fixa será de responsabilidade do empreendedor vencedor do certamente e deverá abranger todos os custos relativos ao capex e opex do empreendimento, tais como: taxa interna de retorno, custos de conexão à rede, custos de O&M, custos de seguros e garantias, tributos e encargos diretos e indiretos, custos da obrigação de disponibilidade para despacho do ONS (e.g. custos de armazenamento e logística de combustível), entre outros.

Os CRCAPs deverão prever **penalidades**: penalidades (a) pela indisponibilidade acima dos índices de referência informados na fase de cadastramento, (b) pelo não atendimento aos compromissos de entrega de disponibilidade de potência negociados nos certames, e (c) pelo não atendimento ao despacho centralizado do ONS, sem prejuízo de demais penalidades.

- As UTEs a Gás Natural deverão comprovar a disponibilidade de combustível para operação contínua pelo período mínimo inicial de 7 anos e período adicional de 5 anos ou equivalente à duração remanescente do CRCAP em questão.
- As UTEs a Gás Natural conectadas ao STGN deverão apresentar, como condição para assinatura do CRCAP, termos de compromisso para contratação do serviço de transporte firme para o suprimento de gás natural que viabilize a operação máximo do empreendimento e de forma contínua.
- As **UTEs a Gás Natural de origem nacional** poderão, na etapa de Habilitação Técnica, comprovar o fornecimento de gás natural por meio de reservatórios de gás natural, nos termos das **Portarias** e da regulação aplicável.
- As **UTES a Biodiesel** deverão comprovar disponibilidade do combustível para operação contínua por período mínimo inicial de 7 anos e período adicional equivalente à duração remanescente do CRCAP.
- As **UTES a Biodiesel** deverão atender às especificações de qualidade estabelecidas na regulação da **ANP**, e deverão operar com o mesmo combustível habilitado durante todo o período de suprimento do CRCAP.



Principais diferenças entre as Portarias e a Fase de Consulta Pública no MME:



Retorno do Biodiesel no LRCAP 2026 - UTEs a Óleo e Biodiesel, sendo que o Produto Potência Termelétrica 2030 conta com um CRCAP "de transição" entre óleo combustível/óleo diesel para biodiesel. Os empreendedores poderão participar dos Produtos

Potência Termelétrica 2026 e 2027 (restritos a UTEs a óleo combustível e diesel) e também do Produto Potência Termelétrica 2030 – que contará com a conversão das máquinas para o biodiesel – já que os 2 primeiros têm suprimento de 3 anos e o último inicia apenas ao final deste período. O redesenho dos produtos visou garantir um sinal de viabilidade de investimento aos empreendedores, considerando a alta demanda do segmento do biodiesel para suprir a indústria automotiva frente às recentes exigências de mistura do biodiesel no diesel.



Adição de mais 1 produto para as UHEs e UTEs a Gás e a Carvão no LRCAP 2026 - UTEs a Gás Natural, Carvão Mineral e UHEs: os Produtos Potência Termelétrica 2031 e Potência Hidrelétrica 2031;



Diferença reduzida de data entre os certames (de 1 semana para apenas 2 dias), visando aumentar a competitividade entre as fontes; e



Mudanças entre usinas conectadas à malha de gasoduto e às não conectadas: na fase de consulta pública haviam sido distinguidos produtos específicos para UTEs conectadas à malha de gasoduto e para as não conectadas (subprodutos 'A' e 'B'). As Portarias simplificaram a divisão dos produtos, podendo agora participar dos Produtos Potência Termelétrica 2026 e 2027 apenas UTEs a gás natural conectadas à malha de gasoduto, e as existentes a carvão mineral. Nos Produtos Termelétrica 2028, 2029, 2030 e 2031 poderão participar UTEs a carvão mineral e a gás natural, novas ou existentes, conectadas ou não à malha de gasoduto.



Equipe de Energia Elétrica



João Pedro Assis Sócio +55 11 3702.7096 joao.assis@ldr.com.br



Rodnei lazzetta Sócio +55 11 3702 7005 rodnei.iazzetta@ldr.com.br



Isadora Filipo Advogada isadora.filipo@ldr.com.br

Brasil São Paulo | Rio de Janeiro



in Lobo de Rizzo Advogados



loboderizzo